

EDITORIAL

A concorrência para influenciar a percepção pública dos acontecimentos e das problemáticas políticas nunca foi tão grande. A profissionalização da actividade comunicacional na política é uma realidade crescente que afecta não só os partidos políticos mas também os grupos de pressão não governamentais e todos os actores sociais.

O espaço noticioso é cada vez maior e está mais diversificado. As divisões entre o "político" e o "não-político" dissolvem-se. Num mundo cada vez mais globalizado, os sistemas mediáticos convergem, como se percebe no estudo comparativo de 18 democracias realizado por Daniel Hallin e Paolo Mancini, agora traduzido para Português numa edição da Editora Livros Horizonte, tornada possível graças ao apoio financeiro da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e ao patrocínio do Centro de Investigação Média e Jornalismo (CIMJ).

A crescente "mediatização" da política aponta para uma presença imponente de uma lógica mediática que esmaga a lógica política. Dez anos depois do I Seminário Internacional *Media, Jornalismo e Democracia* (Lisboa, 2000), em Novembro de 2010 teve lugar o III Seminário Internacional sob o mesmo tema e também organizado pelo CIMJ, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).

A primeira sessão deste Seminário reuniu académicos internacionais de destaque nesta área de estudo – Thomas E. Patterson, Barbara Pfetsch, Natalie Fenton e Daniel Hallin – para reflectirem sobre a primeira década da comunicação política do século XXI.

Thomas Patterson exprime uma convicção partilhada por muitos outros: a de que a abundância dos media vai contra a informação dos públicos. Apontando o aparecimento da televisão por cabo como um momento de viragem, sublinha que todos os públicos, e não apenas os mais jovens, fogem à informação. Concomitantemente, a informação é constituída cada vez mais pelo "infotainment", *estórias* sobre crime, desastres e celebridades.

O conteúdo da informação, recorda Patterson, tem efeitos sobre as agendas das pessoas. Para este professor da Universidade de Harvard, Estados Unidos, os cidadãos podem ser criticados pelo seu desinteresse, pela sua recusa em apreender imagens mais elaboradas, pela sua preguiça em tentar resolver contradições entre o que vêem e o que ouvem. Contudo, em última análise, a responsabilidade pertence sobretudo aos que proporcionam a informação e que são protegidos constitucionalmente porque a sociedade precisa de dispor de informação credível sobre as matérias públicas.

Da Alemanha, Barbara Pfetsch, co-autora com Frank Esser do livro *Comparing Political Communication: Theories, Cases and Challenges*, sublinha a importância da pesquisa comparativa no mundo globalizado, um mundo que caminha na direcção de formas

transnacionais de governação, o que implica que a comunicação política ultrapasse as fronteiras nacionais.

A investigadora alemã sustenta a necessidade de incorporar os conceitos de dependência, modernização, imperialismo e "americanização", bem como o de hibridização no enquadramento comparativo da análise do sistema mediático. Afirmo contudo que a globalização não acaba com as instituições tradicionais nem da política nem dos media.

Da Grã-Bretanha, Natalie Fenton critica o pluralismo "naïve" que equaciona mais notícias com melhor democracia e relembra as conclusões do seu estudo mais recente – *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age* (ver recensão no final da revista). Escreve Fenton que é mais fácil recorrer a materiais provenientes de fontes experientes e testadas do que enfrentar a real dificuldade em lidar com a imensidão de conteúdos gerados individualmente ou com a sobrecarga informativa da Internet.

Com base na análise da evolução do jornalismo local no Reino Unido, a investigadora interroga-se sobre se o jornalismo pode ajudar a democracia a funcionar. E responde que sim, se os jornalistas puderem dispor de liberdade (e de recursos) para o trabalho que a maioria deseja realizar. Destaca, contudo, que a liberdade neste contexto não é apenas a ausência de censura e de interferências governamentais tantas vezes associadas à expressão 'liberdade de imprensa': é também *liberdade face aos constrangimentos e às limitações do mercado*.

O investigador norte-americano Daniel Hallin, co-autor com Paolo Mancini do livro *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*, responde às críticas geradas na altura da primeira edição do seu livro e este Seminário Internacional oferece um belo momento para discutir a inclusão de Portugal no grupo dos países europeus caracterizados dentro do "Modelo Pluralista Polarizado", juntamente com a França, a Espanha, a Itália e a Grécia. Hallin refuta com firmeza a ideia de um só modelo global e defende que diferenças importantes entre os sistemas mediáticos permanecem dentro do processo global de convergência.

Na segunda sessão, dedicada ao tema "Media e Cidadania", James Curran, da Universidade de Londres, Reino Unido, reflecte sobre a transformação dos media em geradores de conteúdos que enfatizam o entretenimento e que minimizam a informação. Na sua estimulante comunicação, o autor faz notar, contudo, que o entretenimento pode: 1) oferecer explorações flexíveis de valores que sustentam a política; 2) apoiar um processo democrático que consegue contribuir para identidade sociais; 3) fornecer mapas cognitivos; 4) contribuir para um diálogo sobre as normas públicas, isto é, as regras, convenções e expectativas que guiam os comportamentos individuais. A conclusão de Curran é clara: não é mais sustentável continuar a considerar o entretenimento como algo estranho à política e sem relação com o papel democrático dos media.

Na mesma sessão, Adriano Duarte Rodrigues, da FCSH-UNL, examina o quadro enunciativo do discurso mediático e mostra que a utilização dos recursos retóricos dos discursos mediáticos é responsável pela construção da realidade e pela manipulação das audiências. Por seu lado, Francisco Rui Cádima, igualmente da FCSH-UNL, examina os estudos sobre o jornalismo televisivo realizados em Portugal, sobretudo desde meados dos anos 1990, concluindo que a informação televisiva portuguesa é marcada por "um modelo performativo de negatividade" e por um "défice de experiência da cidadania", onde dramatização, actualidade trágica e "fait-divers" dominam a hierarquização da agenda noticiosa.

Na terceira sessão, dedicada ao tema "Novas Tecnologias e Campanhas Políticas", Stephen Ward, da Universidade de Salford, Reino Unido, recorda que tem havido muita discussão nos últimos cinco anos (2005-2010) sobre os efeitos "revolucionários" da emergência da Internet nas democracias ocidentais. Na sua comunicação, o autor discute se a Internet provocou uma nova era da comunicação política, analisa a concorrência entre os partidos, em particular os pequenos, e examina o efeito da Internet sobre a questão da participação do eleitorado.

Em 2009, três eleições tiveram lugar em Portugal! Ainda em Dezembro desse ano, o CIMJ realizou um Colóquio internacional na Universidade Fernando Pessoa, no Porto. A segunda parte deste número especial da revista dá conta das comunicações que foram apresentadas e debatidas.

João Carlos Correia, da Universidade da Beira Interior, nota que, na sequência da adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, ocorreram vigorosas transformações estruturais no âmbito da comunicação, uma profissionalização da política na sua relação com os media e o aparecimento de actores políticos com um elevado desempenho mediático. Declara ainda que as tentativas de controlo exercidas pelas elites políticas se confrontam com a lógica mediática onde a mediação da actividade política é "objecto de uma disputa de legitimidades e um espaço de tensões".

Maria José Brites, doutoranda da FCSH-UNL e docente na Universidade Lusófona do Porto, examina a cobertura da juventude nas eleições europeias e legislativas nas edições impressas e online de dois jornais portugueses, o *Diário de Notícias* e o *Público*. Constatou que a juventude é um tema secundário, que alimenta outros principais.

Isabel Férin da Cunha, da Universidade de Coimbra, analisa a televisão e a cobertura das legislativas de 2009. Sublinhando que os media têm um papel central na gestão das crises nas democracias ocidentais, demonstra como a personalização no líder é dominante na cobertura jornalística das televisões generalistas e de acesso condicionado, e que os líderes do CDS/PP e do BE obtiveram maior visibilidade face aos outros representantes nomeados. Na análise, verificou uma grande homogeneidade na cobertura dos diferentes partidos por parte dos canais generalistas e de acesso condicionado.

Quando o candidato à Presidência dos Estados Unidos, Bill Clinton, tocou saxofone no

"talk show" de Arsenio Hall, em 1992, a comunicação política quebrou reconhecidamente as barreiras entre os programas de informação e os programas de entretenimento, em grande parte devido à estratégia de escapar à mediação dos jornalistas. Esse mesmo fenómeno tornou-se numa realidade em Portugal, reflecte Ana Cabrera, investigadora do CIMJ, no seu artigo "O humor na campanha eleitoral: Legislativas 2009 em Portugal".

Francisco Rui Cádima, um dos conferencistas também desse Colóquio, defende que houve consciência plena por parte dos partidos para a nova realidade das campanhas online e da sua capacidade de gerar novas dinâmicas políticas com base nas novas ferramentas web. Afirma, porém, que o ciclo eleitoral português de 2009 poderia ter aprendido mais com a campanha presidencial do candidato Barack Obama nos EUA: "Os líderes políticos parecem agir como reféns de grupos restritos de apaniguados e a experiência democrática, em geral, tenta sobreviver ao autismo da velha política".

Vasco Ribeiro, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, examinou as notícias políticas nos quatro jornais generalistas (*Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*) em 1990, 1995, 2000 e 2005. Verifica que cerca de 60% do noticiário político é dominado pelas fontes do Governo e de partidos políticos com assento na Assembleia da República, concluindo que os jornais da imprensa de referência, *Diário de Notícias* e *Público*, são os que mais recorrem a fontes anónimas, apresentando um maior índice de "cobertura por iniciativa": um terço do produto jornalístico dos quatro jornais foi produzido por iniciativa das redacções.

João Teixeira Lopes, também da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, descreve a "luta duplamente árdua" dentro do campo jornalístico onde dois obstáculos criam atrito: a crescente concentração dos meios de comunicação social e a precariedade profissional da profissão de jornalista. Escreve Teixeira Lopes que os *spin doctors* estão aí em força e que o jornalismo estará na linha de frente de combate à sociedade do espectáculo e do pseudo-acontecimento.

As razões que enumerámos, a que se acrescenta uma recensão crítica alargada de José Luís Garcia, investigador e professor no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, discutindo e ligando várias obras recentes que reflectem as tendências da investigação nacional sobre o jornalismo em Portugal, e ainda várias outras recensões, transformam este número da *Media e Jornalismo* numa edição incontornável para todos os investigadores e estudantes que se interessam pelos temas dos media e da democracia.

A Direcção